

DEBATE

PROBLEMAS DA REVOLUÇÃO
BRASILEIRA

n° 2

abril - 1970

A ESTRATÉGIA AGRÁRIA DA DITADURA

Já vão longe os tempos da demagogia agrária de Castelo Branco (quando o Congresso aprovou uma reforma agrária definida pelo Estatuto da Terra, que acabou ficando só nos estatutos...). Costa e Silva também teve seus dias de audácia rural quando, tentando apagar a "má impressão" do Ato 5, editou um ato consagrado à reforma agrária. O único efeito conhecido desta medida foi um surto de ocupações de terra em vários municípios do sul do país. Segundo jornais da época (maio 69), mai. de 8.000 camponeses sem terra invadiram diversos latifúndios da região. Tinham ouvido o boato de que o governo estava fazendo uma reforma agrária. O IBRA (que como observou alguém é o único instituto de reforma agrária do mundo especializado em devolver terras aos latifundiários, tendo neste sentido, acumulado excelente "fôlha de serviços" na defesa dos senhores da terra) apressou-se em fazer na prática a hermenêutica dos textos reformistas do extinto gorila Costa e Silva. Apelou para o comando da 5ª Região Militar, para o DPF e para a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná e "tranquilizou" a "opinião pública" afirmando que "em face dos boatos em curso neste Estado de que o IBRA estaria autorizando e reconhecendo o direito aos invasores de terra na região do Paraná, opomos formal desmentido, tendo em vista o absurdo e a inveracidade das notícias propaladas".

Empossado o novo "presidente" da "república", a questão da reforma agrária volta à ordem do dia, tanto nos pronunciamentos de Garrastazu quanto nas formulações estratégicas do ministro da Planificação. Os objetivos são mais modestos que os do Estatuto da Terra. Expressam melhor, por isso mesmo, a natureza da estratégia agrária do regime. Tem ela seu eixo principal no "plano de colonização".

Podemos dizer que globalmente a "reforma agrária" de que fala o regime é uma tentativa de ganhar tempo diluindo no espaço as contradições de classe no campo. Outro não é o significado do "plano de colonização" do ministro Veloso: tirar do Nordeste uma parcela importante de camponeses pobres, de camponeses sem terra e de proletários agrícolas, espalhando-os pelos territó-

rios semi-desérticos do Centro-Oeste e da Amazônia. Se executado, este plano acrescentará ao gorila Garrastazu mais um título de glória: depois de imitar Hitler completando a transformação da polícia brasileira em Gestapo tropical, terá imitado os czares russos transformando Goiás, Mato-Grosso e Amazonas numa Sibéria quente.

Descrevendo seu plano Veloso declara que "a década de 70 assistirá à Marcha para o Oeste, que pretende povoar Goiás e Mato Grosso com 1.300.000 nordestinos dispostos a trocar a paisagem do Agreste pelos intermináveis e ásperos cerrados que cobrem o planalto Central e ocupam 20% de nosso território". Notemos de passagem os eufemismos com que o regime costuma ornar suas manobras anti-populares: "nordestinos dispostos a trocar a paisagem do Agreste...", etc. Evidentemente os 1.300.000 nordestinos que se pretende tirar do Agreste estão dispostos a tudo, desde vender seus próprios filhos (são os jornais burguesia que revelam que camponeses, desesperados pela fome e pela miséria, se vendem, ou a seus filhos, como escravos: há casos recentes no Caruaru, ao lado de Recife...), até a tomar em armas contra a ditadura. Não é preciso muita perspicácia para perceber que esta segunda eventualidade (ou melhor, a eliminação desta segunda eventualidade) constitui a grande motivação do plano governamental de "Marcha para o Oeste". Sabemos no entanto, que a oligarquia dominante costuma matar vários coelhos com uma só cajadada. A revista "Veja" (que como todos sabem é insuspeita de qualquer espécie de malevolência para com o regime) nos esclarece sobre outro "coelho" da cajadada do Oeste: "Segundo o IPEA, Mato Grosso já tem uma vocação migratória que aumentou sua população durante a década de 60 em 64%...". A revista acrescenta, baseando-se em observações de um técnico da fundação Ford, que os fatores mão de obra e terra "continuam sendo os recursos mais abundantes e mais baratos da agricultura brasileira". Ora, embora ainda restem terras virgens e não incorporadas ainda ao regime de propriedade da terra, bem como alguns poucos índios (50.000, conforme nos assegurou um etnólogo competente) com suas "reservas", a verdade é que não há terra bastante, em regiões economicamente viáveis (relativamente ao desenvolvimento das condições mínimas de infra-estrutura) para transformar os 1.300.000 nordestinos curiosos, sobretudo se

levarmos em conta as escandalosas "vendas" (pilhagens) de terra em benefício dos "modernos" latifundiários ianques e brasileiros: é a êles que se destina a "mão de obra abundante e barata" que se pretende transplantar do Agreste.

As formulações estratégicas de Veloso nada têm de originais. Num artigo publicado em outubro de 67 na revista francesa "Les Temps Modernes" o economista Celso Furtado (que nunca pediu por excesso de radicalismo ou de pessimismo) já indicava as profundas motivações de classe que hoje se exprimem no "plano Veloso". Celso Furtado mostra, com efeito, como a oligarquia brasileira poderia, mantendo o "statu quo" social, "aliviar as tensões sociais crescentes", embora o preço a pagar seja "um desenvolvimento mais lento ou a própria estagnação". Lembrando que o artigo foi publicado em 67, muito antes de que Veloso tirasse de sua cartola o "plano de colonização", podemos notar até que ponto êle corresponde a uma necessidade objetiva das classes dominantes. Segundo Celso Furtado, "uma vez realizada, através da redução dos investimentos públicos e privados das regiões urbanas, a atração que a cidade exerce atualmente, e na medida em que se encorage a migração para as vastas regiões do interior, então a economia tenderá a estender-se horizontalmente, isto é, a estender-se praticamente sem modificações nas formas de produção. Diante do enfraquecimento do mercado urbano a renda monetária do setor rural aumentaria lentamente. Nas zonas urbanas o crescimento da massa salariada far-se-ia ainda mais lentamente... já que o coeficiente de automatização (das indústrias) tenderia a aumentar". Vemos assim que só uma política malthusiana de tipo nôvo, que implica em hibernar a vida econômica nacional e a sociedade em seu conjunto, pode tornar possível a continuidade da transformação monopolista do capitalismo dependente no Brasil.

Cabe-nos então perguntar: podem as classes dominantes levar adiante êste plano? Econômicamente êle é viável. Tudo dependerá da correlação concreta de forças entre as diferentes frações das classes dominantes e entre as classes reacionárias consideradas em conjunto e as forças da revolução. Para os setores ligados à burguesia industrial e financeira e ao capitalismo de estado a importância política do plano é extraordinária, já que

permitirá "resolver" a questão agrária sem enfraquecer a unidade das classes reacionárias. Caso contrário, isto é, caso a concentração de camponeses pobres e sem terra e proletários agrícolas no campo e das grandes massas de desempregados, de sub-empregados e de lumpem-proletários na cidade continuar a se acelerar, as possibilidades de radicalização do processo de luta de massas ampliar-se-ão perigosamente para as classes dominantes sobretudo numa etapa em que já existem no Brasil organizações combatentes de envergadura nacional e dispostas a levar adiante o processo de luta armada contra a ditadura, contra o imperialismo e pelo poder democrático dos trabalhadores.

E é justamente à vanguarda combatente da libertação do povo brasileiro que cabe dar uma resposta revolucionária ao "plano de colonização" explicando aos trabalhadores do Agreste que se alguém está demais no Nordeste, não são os 1.800.000 trabalhadores que de lá se pretende arrancar, mas sim os latifundiários e seus capangas, fardados ou não.

A tarefa mais importante da guerra revolucionária é, do ponto de vista militar, a construção da infra-estrutura da guerrilha rural. A tarefa política mais importante é a preparação desta infra-estrutura em função das contradições de classe nos campos do Brasil, de maneira que o fortalecimento da vanguarda enquanto destacamento mais combatente da guerra do povo esteja dialéticamente combinado à elevação do nível de luta das massas trabalhadoras. Para tanto é indispensável partir das experiências concretas das massas. No caso presente, os revolucionários devem preparar-se tanto militar quanto politicamente para apoiar uma eventual resistência dos camponeses à sua transferência "voluntária" para os latifúndios do Brasil central. Esta luta assumirá principalmente a forma de guerrilha rural localizada sendo para tanto necessário o desenvolvimento da infra-estrutura guerrilheira tanto no Nordeste, quanto no Centro-Oeste, de maneira a que em vez de "Marcha Para o Oeste" produza-se uma etapa da marcha de nosso povo no rumo de sua libertação.

 UMA ANÁLISE CRÍTICA: ~~Este texto é uma versão em português da introdução escrita por João Quartim para a tradução inglesa de seu artigo "Regis Debray and the Brazilian Revolution".~~
 O texto que publicamos a seguir é a versão em português da introdução escrita por João Quartim para a tradução inglesa de seu artigo "Regis Debray and the Brazilian Revolution".

O artigo "Considerações sobre as teses de Regis Debray" foi escrito em outubro de 68, quando eu ainda era militante da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). Constitui um esforço de superação crítica das teses de Regis Debray, tal como vêm expostas em "Revolução na revolução?". Publicado inicialmente no nº 5 da revista "América Latina" (que era nesta ocasião o órgão teórico dos COLINA (Comandos de Libertação Nacional) e da VPR, foi reproduzido em francês em "Des Temps Modernes" de maio 69.

Antes mesmo de que se apresentasse a oportunidade de publicá-lo em inglês na "New Left Review", eu havia tomado a iniciativa de enviar uma carta de esclarecimento à redação dos "Temps Modernes". Escrevi-a no mês de agosto 69, assim que recebi o texto francês. Tratava-se antes de mais nada de retificar uma breve nota introdutória na qual eu era apresentado como militante da VPR, que deixara de ser verdade desde o mês de fevereiro 69, ocasião em que fui atingido, assim como outros companheiros, por um expurgo que consagrava a vitória da corrente militarista no seio da organização. Na carta à redação dos "Temps Modernes" eu salientava que não era ali o lugar indicado "para expor publicamente" aquilo que nos separava da direção da VPR. Contentava-me de constatar uma diferente "concepção sobre a maneira de desenvolver a luta armada". Em resumo, tentava sobretudo colocar a ênfase nos pontos em que estávamos de acordo com a VPR (adesão às resoluções da OLAS, à luta armada, etc.). Lembrava igualmente que não me era dado falar em nome de uma organização à qual eu não mais pertencia. Acrescentava: "espero enganar-me ao ver em sua prática (da VPR) algumas limitações que poderão entrar seriamente seu desenvolvimento como força dirigente da libertação do povo brasileiro".

Passados apenas dois meses encontro razões de sobra para crer que não me tinha enganado. É bem verdade que neste interim a luta armada no Brasil adquiriu notoriedade internacional graças ao sequestro do embaixador americano no Rio, no mês de setembro. Não foi tanto a ação em si mesma, mas sobretudo o sentido político que se lhe soube imprimir que confere ao sequestro um lugar decisivo no desenvolvimento da luta armada em sua presente etapa. A ALN (Ação de Libertação Nacional) e o MR-3 (Movimento Revolucionário 3 de outubro) conseguiram realmente mostrar que a violência revolucionária constitui um instrumento capaz de explicar às massas a natureza profunda do regime: como confessaram os próprios gorilas, o governo brasileiro con-

sidera a vida do embaixador americano mais importante do que a honra da nação. Na guerra revolucionária, é a política que comanda o fusil, é a capacidade de mobilizar e de orientar as massas que mostra até que ponto uma organização armada tornou-se a vanguarda política do povo. Na "ação do embaixador" o mais importante não foi o aspecto espetacular, mas a lição política que as massas saberão tirar do acontecimento. Eis porque aproximo este sucesso da ALN-MR3-que teve importância mundial- da questão de minhas relações de militância com a VPR-que poderia parecer só ter uma importância pessoal.

Estou com efeito convencido de que infelizmente hoje é o fusil que dirige a política na VPR. Durante seu primeiro ano de existência-janeiro68 a janeiro69- a contradição entre os que queriam subordinar o fusil à política e os que queriam subordinar a política ao fusil tinha uma importância limitada, devido ao caráter puramente tático de quase todas as "ações diretas". Foi só em fins de 68 que a questão se colocou em termos propriamente políticos, como luta interna entre a corrente militarista e a corrente leninista. A VPR já não era mais um grupúsculo com o mérito histórico de ter iniciado a guerra revolucionária em São Paulo; ela já se tinha ligado a frações do movimento popular, buscava pronunciar-se politicamente sobre o conjunto dos problemas nacionais e assumia responsabilidades que iam muito além da perspectiva limitada de um pequeno núcleo armado urbano. Havia chegado a hora de lhe fixar uma estratégia -porque o abandono do debrayismo ameaçava dar lugar a um puro empirismo em que as "ações urbanas" tornavam-se fins em si mesmos e a guerra de guerrilhas uma espécie de anarquismo organizado- e de pô-la em prática através de uma justa linha política marxista-leninista. A VPR tinha pois chegado ao ponto em que a ausência de estratégia multiplicava os impasses a que continuava chegava sua prática. Tal situação só podia agravar a luta interna entre leninistas e militaristas. Em janeiro de 69 a corrente militarista assumia o pleno controle da organização, através de uma série de episódios que não caberia descrever aqui, salvo o último, um projeto de expropriação de armas do 4º RI do II Exército, sediado em Quitauna, estado de São Paulo. A ação, cujo alcance era puramente tático-relativamente ao nível da luta a VPR dispunha já de razoável quantidade de armamentos- foi preparada de maneira quase suicida: a despeito dos protestos enérgicos de um grupo de militantes a organização preparou-se para ocupar todo o quar-

tel, mobilizando para tanto militantes pertencentes às mais diversas frentes de trabalho, e em especial ao "setor do foco" (que no papel era considerado como objetivo prioritário). Conduzido com tanta irresponsabilidade o projeto só podia fracassar: na realidade, não chegou nem mesmo a ser pôsto em execução. A "queda" de um grupo de militantes pintando um caminhão com as côres do Exército para introduzi-lo no 4^o RI alertou o aparelho repressivo das classes dominantes. Selvagemmente torturados, os quatro militantes acabaram por "abrir": a polícia e o exército puderam efetuar dezenas de prisões. O círculo vicioso: prisão-tortura-confissão-nova prisão, etc. pôs rapidamente em perigo a própria sobrevivência da organização: a VPR encontrou-se à beira do abismo. Teve a felicidade de escapar. Já no mês de abril 69 ela renascia de suas cinzas. Mas já não era a mesma. Desatinados com as consequências do desastre que êles mesmos tinham preparado, os representantes da corrente militarista não somente não desconfiaram nem de leve da natureza política de seus êrros (na prática não tinham aplicado o princípio de que a guerra de guerrilhas é uma guerra prolongada, tinham desperdiçado recursos estratégicos em ações táticas, etc.) como inclusive nada de melhor encontraram para camuflar seus desvios do que proceder a um expurgo dos elementos mais destacados da corrente leninista. A VPR estava dizimada, mas "homogênea".

Não é a falta de firmeza ou de coragem que caracteriza a corrente militarista: ela conseguiu cicatrizar as feridas de janeiro-março e retomar o combate. A VPR sobreviveu e continuou a crescer enquanto organização. Foi capaz de tirar as lições técnico-militares de seus desastres, adquirindo ao mesmo tempo um prestígio que lhe assegura possibilidades quase ilimitadas de recrutamento junto à nova geração de revolucionários. Mas exatamente na medida em que o desenvolvimento da luta armada colôca novos problemas e novas tarefas, as organizações armadas vão se diferenciando umas das outras e tendem cada vez mais a se cristalizar em seus defeitos e em suas qualidades. É ainda muito cedo para atribuir às diferentes organizações revolucionárias um lugar definido no processo de conjunto da guerra revolucionária; a questão fundamental da guerra popular no campo permanece colocada e ninguém pode pretender ter superado Debray antes de resolvê-la. Mas também não deixa de ser verdade que já transcorreram dois anos de luta armada e que uma certa linha política já se materializou na prática. É relativamente a esta linha

que se podem julgar os desvios de uma organização política determinada. No que se refere à VPR sinto-me em condições de afirmar que o primado do fuzil sobre política constitui um dado objetivo cujas causas imediatas foram indicadas mais acima. A evolução mais recente da VPR se faz no sentido da consolidação das concepções militaristas: recusa do trabalho sistemático ao nível do movimento de massas, redução da organização partidária aos núcleos armados (para "evitar que o aparelho militar se concerta em braço armado do partido"), liquidação de toda e qualquer forma de centralismo democrático, etc. Esta evolução (diríamos melhor invoação) nada tem de extraordinário; ao contrário, ela era difícilmente evitável nas (o que não quer dizer que era fatal) nas condições históricas concretas do Brasil. Em 1967 a tarefa revolucionária mais importante era a criação das condições mínimas para o desencadeamento da guerra revolucionária. Em 1969, a luta armada tornou-se um dado objetivo da conjuntura política brasileira, o problema principal não sendo mais de desencadeá-la, mas de conduzi-la segundo uma justa linha política. O fato de que ela não tenha sido desencadeada por uma organização política já existente (é sabido que as diferentes organizações armadas, ALN, MR8, MAR, COLINA, VPR formaram-se no próprio curso da ação) explica esta disjunção cronológica entre a questão da luta armada e a questão da linha política. Certas organizações estacionaram na problemática de 1967. Como dizia Debray, "nunca somos inteiramente contemporâneos de nosso presente": no momento em que a luta armada torna-se um dado objetivo e fundamental da política brasileira, a questão das relações entre as ações clandestinas dos destacamentos de vanguarda e a direção política do movimento popular, assume importância decisiva. A manobra estratégica das classes dominantes consiste em isolar a vanguarda armada; a subestimação militarista da política de massas só pode facilitar este esforço da oligarquia. A "ação do embaixador" mostrou que a ALN compreendeu o perigo do isolamento político e que encara a luta armada não como pura alternativa à luta política, mas como verdadeira "continuação da política por outros meios"... Quaisquer que sejam as reservas que se possam formular relativamente à federação de organizações agrupadas em torno de Carlos Marighela, é preciso reconhecer que nas novas condições instauradas no Brasil pelo desenvolvimento combinado da guerra revolucionária e da crise política das classes dominantes, a ALN-MR8

soube conferir uma dimensão política às ações armadas e contribuiu assim a evitar o auto-isolamento das ações armadas.

Ao tornar públicas nossas divergências com a VPR através d'êste rápido esboço da problemática atual da luta armada no Brasil minha intenção é não somente de exprimir o ponto de vista da corrente marxista-leninista excluída da VPR, como também pronunciar-me sobre a própria atualidade de meu artigo sobre as teses de Régis Debray. A importância assumida pela luta armada urbana (sob a forma de guerra revolucionária irregular) deslocou o centro do debate ideológico, político e estratégico. Mas êste deslocamento não é uma superação. Ao contrário, na medida em que o abandono do debrayismo assume, na VPR, a forma de um militarismo especializado em ações urbanas, o mínimo que se pode dizer é que ela regrediu para aquém de Debray. Porque o foco ao menos supunha um compromisso total com o campesinato pobre: ou conseguia mobilizá-lo, ou desparecia, senão física, ao menos politicamente, enquanto verdadeira alternativa revolucionária. A guerrilha urbana pode subsistir indefinidamente—desde que a organização que a conduza disponha de um mínimo de condições políticas e militares, como por exemplo uma infraestrutura clandestina e uma "área de recrutamento". É o caso da VPR que a despeito de seus numerosos erros sempre revelou suficiente tenacidade, coragem e disciplina para resistir aos golpes da repressão.

É pois enquanto contribuição à crítica dos desvios militaristas na teoria e na prática revolucionária da América Latina que considero meu artigo atual. Ele não mais representa o ponto de vista dominante na VPR. Mas resume um momento preciso do debate estratégico sobre a guerra revolucionária no campo e constitui neste sentido um instrumento útil para a superação crítica da problemática de "Revolução na revolução?". O texto de Debray adquire sua verdadeira dimensão à luz do recente desenvolvimento da luta urbana no Brasil. Com efeito, e a despeito das limitações políticas da teoria debrayista do foco, a despeito da unilateralidade de muitas de suas análises e de suas conclusões, os problemas que levanta: luta armada e poder, o campesinato como classe e o campo como "lugar estratégico", estão ainda na ordem do dia. Todos os partidários da luta armada estão de acordo com a tese guevarista de que o campo é o terreno fundamental da luta armada. Mas isto

porque o campesinato, enquanto classe, é mais revolucionário que o proletariado ou porque o campo, enquanto "lugar estratégico" é mais favorável do que a cidade à luta armada? O objetivo principal da guerra de guerrilhas é desmoralizar o aparelho de repressão das classes dominantes ou acumular forças no seio das massas exploradas? Perguntas que só podem ser resolvidas através da análise constante da prática revolucionária. Neste sentido Debray parece-nos mais importante pelas questões que coloca do que pelas soluções que propõe. Por mais críticos que possamos ser a seu respeito, é impossível deixar de reconhecer que os problemas que formulou (e nem sempre os formulou corretamente) são problemas decisivos. A vanguarda da revolução brasileira há de forjar-se através de uma guerra prolongada tendo o campo como terreno principal durante toda a etapa da defensiva estratégica. No momento em que o nacionalismo burguês (sob novas formas) renasce de suas cinzas na América Latina (ressureição que coincide com o completo fracasso da famigerada "Aliança para o progresso que só fez progredir os Estados Unidos), a questão da aliança revolucionária dos operários, dos camponeses e do conjunto dos trabalhadores é, por conseguinte, a questão da guerra do povo no campo estão mais do que nunca na ordem do dia. É o que dá atualidade aos escritos de Régis Debray - e aos que eles inspiraram.

Termino com uma observação sobre o texto do artigo. Na carta à redação dos "Temps Modernes" faço alguns esclarecimentos sobre uma passagem que diz respeito à questão da guerrilha boliviana e às relações entre o Che e Mario Monje. Não caberia reproduzi-las nesta já longa introdução: contentei-me de assinalar que esta passagem, assim como outras menos importantes, foram alteradas na versão inglesa.

Publicação no nº 59 da "New Left Review", janeiro-
fevereiro 1970

João Quartim

outubro de 1969

O LEGADO DE CARLOS MARIGHIELLA (conclusão)

Fernando Lucas

A ALN (Ação de Libertação Nacional) surgiu somente em princípios de 69 e já era então o embrião desta organização à qual o "Pronunciamento" faz referência e o produto de mais de um ano de ação do grupo Marighella. Claro que ainda subsiste uma quantidade relativamente elevada de organizações diferentes no Brasil de hoje. Mas se houve um processo de dispersão (orgânica) em 67, a hora

atual é de reagrupamento. E êsse reagrupamento se faz em torno de 2 ou 3 proposições sobre a estratégia e tática da luta armada e como resultado de 2 anos de experiência. O que nos interessa é examinar como participou a ALM dêsse processo.

Um dos problemas cruciais para os revolucionários brasileiros estava na ligação entre as tarefas políticas imediatas e o desenvolvimento das ações político-militares. Parece-nos inegável que, em termos imediatos, a luta armada no Brasil é justificada pela existência de uma das mais opressivas ditaduras de nossos dias. E Marighella centrou a tática de sua organização na luta contra a ditadura. Partindo do princípio de que a unidade se faz pela ação, Marighella evitou cuidadosamente forçar a unificação com os numerosos grupos existentes, preferindo executar uma política de alianças táticas, baseadas na ação - o que, enquanto conceito era extremamente correto. Correto porque de um lado preservava a homogeneidade política de sua organização e de outro porque permitia um longo trabalho prático-teórico com os grupos aliados, anterior à integração. Cabe crítica somente à generalização dêste conceito, ou seja, à relativa despreocupação diante da necessidade de estabelecer uma centralização e coordenação da ação revolucionária e, o que é mais grave, diante da necessidade de estendê-la ao movimento de massas. Em outras palavras, o conceito da unidade pela ação (e a ação é a guerrilha) pode levar também a uma posição espontaneísta, na medida em que não indica às massas populares, que quer mobilizar, quais as tarefas que elas podem realizar, hoje e onde se encontram, para servir ao desenvolvimento do processo revolucionário em seu conjunto. Sem opor-se a que essas forças sociais se manifestem, não lhes deixa uma alternativa fora das ações armadas. Expliquemos.

O grupo Marighella considerava que a relativa dispersão da esquerda em numerosos grupúsculos liberava do burocratismo e do sectarismo um potencial revolucionário importante. O reagrupamento se faria então a partir da ação, pela ação das bases, o que eliminaria a possibilidade de formação de uma nova burocracia. Mas onde está então a tendência ao espontaneísmo? Em que quando se diz que a estratégia é de partir imediatamente para

a ação e que a ação é a guerrilha, isto significa acreditar que a ação armada por si só pode mobilizar as massas. A substituição do "foquismo" por uma luta armada efetuada simultaneamente na cidade e no campo não elimina o espontaneísmo denunciado pelo "Pronunciamento". O simples reconhecimento da necessidade do movimento de massas, sem um trabalho sistemático e organizado junto a elas, não sai dos limites do espontaneísmo. Podemos compreender agora o que seja a "estrutura global da guerrilha", ou seja a formação e implantação de grupos revolucionários armados na cidade e no campo (no caso do Brasil o processo iniciou-se pela cidade), implantação que possa criar uma situação de guerra revolucionária. E a ALN diria: "O princípio de base da estratégia revolucionária é, nas condições de uma crise política permanente, o desencadeamento na cidade e no campo de um número tal de ações revolucionárias que o inimigo seja obrigado a transformar a situação política em situação militar. Neste momento o descontentamento atingirá todas as camadas sociais e os militares tornar-se-ão os responsáveis únicos de todos os erros". (Sobre os princípios e questões estratégicas, jan 69).

Como vimos, a ALN buscou a unidade pela ação. Mas na medida em que esta ação é a ação armada realizada por grupos isolados entre si, a ALN se constituiu numa espécie de federação da qual o centro, o grupo Marighella, nem sempre podia ter o controle político. Isto não deixa de ser coerente com os objetivos do "Pronunciamento", pois o importante é a ação e da ação sairá a vanguarda revolucionária. Claro que não se deve pensar que o grupo Marighella não disputou qualquer parcela de liderança. O que o "Pronunciamento" quer dizer é que a liderança sairá da ação revolucionária, o que como princípio nos parece irrefutável. Ademais Carlos Marighella por suas qualidades de revolucionário que dedicou toda sua vida à revolução e pelo que passou a representar como dirigente da luta armada, se alçou a um posto de liderança com largo prestígio junto a todos os setores populares sensibilizados pela luta revolucionária contra a ditadura. Se optamos por fazer um balanço crítico da ação revolucionária de Marighella, logo após seu assassinato, é porque estamos convencidos de que as dificuldades existentes para o sucesso da revolução

transcendem o heroísmo, a grandeza e a dedicação sincera de todos os revolucionários já assassinados pela ditadura.

Quando fazemos a crítica ao espontaneísmo em relação ao movimento de massas, não queremos dizer que as organizações armadas não participaram das manifestações de 1968. Na realidade, após 4 anos de ditadura os setores avançados da classe operária que se lançavam à luta estavam convencidos de que a luta armada era a única solução para que as classes exploradas chegassem ao poder político. Era então natural e inevitável que a vanguarda armada se tornasse o polo de organização desses setores. E foi o que passou. As manifestações operárias de 68 mostraram a necessidade de combinar a ação legal (nos sindicatos, etc.) com uma infra-estrutura clandestina que a sustentasse. Porém o que nem sempre estava claro para as organizações armadas é que as massas tinham tarefas importantes a cumprir paralelamente ao desencadeamento das ações armadas, e que era uma tarefa de vanguarda armada organizar a luta dessas massas em todas as frentes, legais ou ilegais, pacíficas ou armadas, em função do nível atingido e das possibilidades concretas. Isto dentro da perspectiva de que o objetivo de toda a luta política, a longo prazo, é chegar à confrontação armada.

 Pode-se perguntar se a morte de Marighella causará uma diminuição do ritmo das ações revolucionárias. Claro que o desaparecimento de um dirigente da envergadura de Marighella é um golpe duro para os revolucionários. Porém, os primeiros choques da polícia com a vanguarda armada se deram em princípios de 69, e não cessam de se repetir. Nesse período mais de uma dezena de revolucionários morreu e os presos políticos se contam aos milhares. A repressão, intensificada a partir do golpe dentro do golpe de dez 68, atingiu às vezes duramente algumas das organizações armadas, mas não impediu que a luta continuasse e mesmo se intensificasse. É óbvio que uma organização político-militar clandestina, que passa à luta armada, não poderia estar assentada na figura de um homem.

...

A operação bem sucedida de sequestro do embaixador americano permanece hoje como ápice das ações revolucionárias reali-

zadas no Brasil. Foi a melhor lição de propaganda armada que Marighella podia deixar. Todo o povo brasileiro e a opinião pública mundial tomaram conhecimento dos objetivos revolucionários dos homens que há dois anos expropriam dinheiro, armas e explosivos, realizam atentados contra instalações militares e propriedades imperialistas e uma série de outras ações. Dentro todos os revolucionários que sacrificaram sua vida neste ano de 69, Marighella torna-se o símbolo da revolução brasileira. Em seguida à sua morte, foram lançados panfletos em algumas das principais cidades brasileiras com os dizeres:

"Marighella morreu, mas a luta continuará"

Além disso, três novas expropriações de dinheiro foram realizadas, numa das quais os autores deixaram um cartaz:

"Agora é assim, olho por olho, dente por dente. Viva Marighella".

UM DOCUMENTO DO POC SOBRE UNIDADE DE AÇÃO:

(transcrito do "Informe Nacional" do POC, nº17)

UNIDADE DE AÇÃO

...

Sabemos que são bem diversas as concepções hoje vigentes na esquerda e não temos a menor ilusão de apagar as diferenças por decreto. Mas em primeiro lugar julgamos que a discussão dos princípios para a unidade só pode ajudar a vencer um isolamento muitas vezes artificial e também a clarificar as divergências amadurecendo as concepções corretas e desmascarando mais rapidamente as concepções reformistas e aventureiras. Em segundo lugar, a apresentação de uma plataforma de unidade permitirá desde já estabelecer formas de colaboração que só podem fazer avançar a atividade revolução revolucionária. A discussão revelará as proximidades e distâncias reais e nos permitirá estabelecer frentes mais duradouras com as forças que já estejam próximas na aplicação de um programa proletário e de colaborações específicas tendo em vista fins bem específicos onde as divergências ainda forem grandes.

Tendo isto em vista, nesta nossa convocação não pretendemos excluir qualquer agrupamento e chamamos todos os revolucionários a responderem a ela. Convocamos os militantes e direções da ALA

VERMELHA, da VAR, da ALN, do PRT, das dissidências, das tendências trotskystas, do PCBR, da AP, do PCdoB, do IR-8 e outros grupos que se pretendem à luta revolucionária, a discutir uma plataforma comum de ação, da qual procuraremos dar agora os princípios que julgamos ser sua base.

AS BASES DA UNIDADE

Julgamos que a tarefa básica hoje tem de ser a mobilização das massas, e fundamentalmente as classes trabalhadoras, para a luta revolucionária. Distinguimos dois níveis de atividades: o das lutas parciais de massa, que devem ser travadas na perspectiva de amadurecê-las para a luta pelo Poder; e o das ações de vanguarda que se devem fazer no sentido de ganhar as massas para o caminho da revolução.

A base principal para as lutas parciais ainda é a luta contra o arrôcho salarial e se trata para nós de agitarmos e organizarmo-nos para a luta contra o arrôcho. Para isso mantemos a proposta da organização nas empresas... Julgamos ainda indispensável o desmascaramento e a luta contra os pelegos e o sindicato-pelego: esse trabalho na classe acelera a ruptura com os agentes e instituições burguesas e a consciência da necessidade da organização independente. Mas a massa só amadurece realmente a partir das lutas que trava, e precisamos formular-lhes objetivos parciais e formas de luta para atingi-los que sejam ao mesmo tempo uma escola de guerra de classes. Daí a importância das greves como forma de preparação das massas para a revolução. Finalmente, julgamos ainda que as lutas parciais, mesmo visando a objetivos parciais, precisam se fazer acompanhar de uma propaganda sistemática dos objetivos mais gerais da revolução proletária. É essa ligação entre as lutas parciais e os objetivos globais o ponto principal que devemos colher em cada campanha.

Quanto às ações de vanguarda, julgamos que elas devem respeitar os princípios da concepção do foco guerrilheiro como Guevara o formulou. O fato de ainda não termos uma guerrilha rural em atividade não impede que, desde já, guiemos as atividades armadas de vanguarda segundo as diretrizes que estarão presentes quando ela se implantar. Com isso queremos dizer concretamente que o papel mais importante que pode desempenhar hoje a atividade ar-

mada de vanguarda é a de uma alternativa política para as massas, que revele a elas que: a) o caminho revolucionário é a mais alta expressão de seus interesses; b) o caminho revolucionário é possível. Para responder a este segundo requisito, os revolucionários precisam mostrar que é possível atingir o regime, que êle é vulnerável. As ações isoladas da vanguarda fizeram isso já várias vezes. Mas é o primeiro requisito que é essencial, que dá ao segundo seu maior conteúdo político. As massas precisam compreender os objetivos revolucionários, precisam sentir que a luta dos revolucionários é a sua luta, precisam em suma compreender o caráter dos enfrentamentos inicialmente isolados entre um punhado de combatentes e as forças da repressão. É preciso que hoje as atividades principais da vanguarda armada sejam as que sustentem uma propaganda para as massas, ou que visem a ganhar o apoio das massas.

Sabemos que tais proposições são apenas um começo de conversa. Mas para começo de conversa não é preciso muito mais. Estamos também profundamente convencidos de que o enfrentamento conjunto de tais atividades dará um impulso à nossa luta e que as plataformas futuras colocarão tarefas muito diferentes das atuais.

BALANÇO DA LUTA REVOLUCIONÁRIA NO BRASIL

Josué Costa-Saturnino da Silva-
Alice Paiva

Entre os princípios que tinham em mente os revolucionários brasileiros ao iniciar-se a luta armada estavam os seguintes: a) a tomada do poder passa pela luta violenta; b) é no campo-terreno principal da luta-que se formará o exército popular; c) o puro desenvolvimento da luta de massas, nas condições específicas da sociedade brasileira, não levaria nunca, por si só, à luta armada.

Após dois anos de luta armada é difícil dizer até que ponto os objetivos iniciais foram, ou estão sendo, atingidos. Se de um lado as classes dominantes receberam duros golpes e as forças da revolução contam com destacamentos combatentes de envergadura nacional que já acumularam preciosa experiência, é preciso reconhecer, de outro lado que as perdas foram grandes entre os combatentes da revolução brasileira, e que certos impasses estratégicos estão ainda longe de ser superados.

A ditadura afirma ter prendido 320 revolucionários de seten-

bro 69 a janeiro 70. Muitos foram os combatentes que tomaram neste período, entre os quais Carlos Marighella e Marco-Antônio. A infra-estrutura clandestina das organizações combatentes vem sendo duramente golpeada pelo inimigo. Tudo isto indica que a situação presente é extremamente difícil. A crônica dos principais eventos da guerra revolucionária nos últimos tempos dará uma imagem concreta - embora extremamente incompleta - das dificuldades presentes.

Querem elas dizer que fracassou a luta armada no Brasil? Ou que o povo permanece apático e indiferente à luta dos destacamentos de vanguarda? Os mais diversos episódios, ocorridos em diferentes pontos do país mostram como a revolta espontânea da população vem se combinar à luta organizada da vanguarda. Em São Paulo e no Rio Grande do Sul centenas de pessoas depredaram as sedes locais do INPS; no Rio os blocos carnavalescos, proibidos pela primeira vez de desfilar na quarta-feira de cinzas enfrentaram a ridícula proibição organizando-se como nos esquemas de passeata: dispersão e reagrupamento. Em São Paulo, no Carnaval, um carro conduzido por um motorista embriagado rompeu as barreiras de proteção do antigo QG do II Exército e foi metralhado; o povo avançou nos sentinelas responsáveis pelos disparos tendo sido morta uma pessoa, atingida por novos disparos de metralhadora.

No campo a situação não é menos explosiva. No Nordeste a seca provoca fome e invasões de cidades e feiras. Ouçamos o que nos diz a este respeito a revista "Veja", cuja fidelidade aos interesses das classes dominantes ninguém se atreveria a pôr em dúvida: "Os camponeses reúnem-se em suas roças, escolhem entre eles um líder... e marcham para a cidade mais próxima. A reunião é espontânea, como a que se faz na época de plantação (o mutirão ou batalhão em dois ou três dias da semana, para que todos plantem na roça de um só). Na entrada da cidade, eles param. O líder... vai ao prefeito e apresenta um ultimato: comida ou trabalho por bem, ou a invasão da feira e dos armazéns, à força... A prefeitura de Araripina, com NE\$ 12.600 em caixa, está pagando NE\$ 2,50 por dia a quinhentos camponeses. Quando o dinheiro acabar (talvez nesta semana) (4-11 março 1970), poderá acontecer a invasão, como já aconteceu em Ipubi, Conceição das Creoulas,

Bodocó e outras cidades e lugarejos da região. Sacola na mão esquerda, porrete na direita, massas de duzentos, quinhentos e até oitocentos homens, mulheres e crianças vão entrando pelos armazéns e bancas de feirantes. Quase sempre em silêncio, vão tirando a comida que querem e depois voltam para suas roças. Havendo necessidade, voltam a invadir. Raramente há violência nessas invasões". Incidentes graves verificaram-se também em Pindaré-Mirim e em outras regiões rurais, conforme veremos na crônica dos acontecimentos.

Mas antes cabe perguntar: até que ponto os impasses e dificuldades com que se defrontam hoje os combatentes revolucionários se deve apenas a falhas técnicas ou a acasos infelizes? Sabemos que toda estrutura orgânica é fruto e materialização de uma concepção política. Por isso, embora determinados malogros possam se explicar por fatores conjunturais extrínsecos à prática militante enquanto tal, eles exprimem em última análise as limitações da própria linha política posta em prática: tanto os golpes sofridos pelas organizações combatentes quanto as dificuldades que elas encontram para estabelecer sólidos vínculos com as massas populares devem ser interpretados em função destas limitações, e das vias de sua superação. Em particular podemos observar que se de um lado a ação dos grupos de vanguarda teve o mérito histórico de desencadear a luta armada contra o regime oligárquico-militar, de outro lado esta ação foi pouco capaz de elevar o nível de organização e de prática política das classes revolucionárias. Neste sentido cumpre abandonar todas as ilusões espontaneístas na eficácia automática das ações armadas como mobilizador das massas populares.

Os órgãos de propaganda do regime não se cansam de apregoar o fim da resistência armada, do "terrorismo", como dizem. O assassinato de Carlos Marighella aumentou-lhes a empáfia. Mas os fatos - em sua simplicidade - atestam que a luta continua.

CRÔNICA DA RESISTÊNCIA ARMADA APÓS A MORTE DE MARIGHELLA:

- 7-11-69: panfletagem no centro do Rio: "Marighella morreu mas a luta continuará".
- 7, 8 e 10-11: três ataques a banco. No dia 7 em Ituberaba o carro forte do Banco Mercantil de Descontos-NC\$ 40.000; no dia 8 ataque à perua do Banco Irmãos Guimarães: um guarda-civil é morto-os a-

tacantes apoderaram-se de NC\$ 175.000,00; no dia 10 foi a vez do Banco Comércio e Indústria de São Paulo, em Guarulhos: NC\$ 9.000,00

-Dois aviões seqüestrados; um da VARIG a 4/11, outro da Cruzeiro do Sul a 12/11.

-Três novos ataques a banco: Bradesco em Pompéia (SP) a 14/11 (NC\$ 30.000); a 15/11 um policial é morto e são levados outros 30.000 novos; a 20/11 é a vez da União de Bancos Brasileiros (Sacomban-SP), donde são levados 15.277 novos.

-A 26/11, em Montevideo, Claudio Wayne Gutierrez tenta suicídio ao lhe ser negado pedido de asilo político, o que implicava a possibilidade de extradição para o Brasil.

-Notícias sobre queda de militantes revolucionários, operando ao longo da Belém-Brasília. Ao que parece haviam realizado também 12 expropriações e ações urbanas.

-Outros cinco ataques a banco: 27/11 ao Banco Mercantil de São Paulo (SP), donde se levaram 17.500 novos; a 29/11 ao Banco Sotomaior em Cascavel, Paraná, donde se levaram 25.000 novos; 1/12 foi a vez do Mercantil de Descontos, SP, que ficou sem 27.608 novos; a 3/12 é atacado o Mercantil do Ceará; a 4/12 o Itaú América, SP, onde se obtiveram 35.000 novos.

-No início de dezembro, piquete com spray em Recife em memória de Carlos Marighella (o povo nunca o esquecerá).

-Também no Nordeste há as queimas de canaviais. Logo em seguida é preso o "Cativara" junto com um camponês de nome Severino. Segundo a ditadura, evidenciava-se o começo da guerrilha rural no Nordeste. Ao que parece Cativara era dirigente do PCBR e teria tido relações com Francisco Julião. Severino fora líder sindical nos tempos de Arraes.

-Mais três ataques a banco. Dois na Guanabara a 9/12 ambos atribuídos à ALN. Renderam 113 mil novos. Outro ao Banco Francês e Brasileiro em SP, rendendo 51 mil novos.

-Em João Pessoa, Paraíba, são presas 18 pessoas acusadas de assalto à Souza Cruz em 5-5-69.

-17/12/69: Ataque ao Banco Sotomaior da Penha, GB. Rendeu 80 mil novos. Paulo Sérgio Paranhos, do PCBR, é preso na ação, sem sequer esboçar um gesto de resistência. Iria abrir tudo que sabia à polícia. O ex-marujo Aveline Capitane, antigo dirigente do movimento dos marinheiros e participante do foco de Caparaó (e que recente/fugira da Lemos de Erito, junto com outros importantes combatentes da revolução brasileira), estava no mesmo carro que Paranhos. Mas não se entrega; ao contrário, abre caminho à bala e empreende espetacular fuga através das favelas cariocas, a despeito de sangrar abundantemente do braço, atingido por um tiro. As seqüências desta ação foram numerosas. Ouçamos a revista Veja: "Tendo ou não Paulo Sérgio Paranhos contado tudo que sabia, o fato é que no fim da semana sete "aparelhos" já haviam sido estourados, um deles na Rua Uruguaiana, depois de um cerco descrito pelos vizinhos como "verdadeira guerra". O soldado Elias Santos morreu atingido, segundo a polícia, por um terrorista que teria conseguido furar o cerco, e o prédio onde estava o aparelho teria sofrido NC\$10.000 de prejuízos por causa das bombas e de um princípio de incêndio. Os lances da luta se estenderam por toda a cidade. Um dos terroristas do assalto ao banco fugiu pelas favelas do morro do Jurema, com a mão ferida enrolada numa toalha...".

-18/12/69 - A PE ataca aparelho do MR-8 (ou do MAR?). Tiroteio, feridos de ambos os lados e rompimento do cerco pelos revolucionários.

rios.

-São presos no Rio, a 21/12/69, os combatentes Chael Schaeier, Maria Auxiliadora e Antonio Spinoza. Pertencem à VAR-Palmares, ao que consta da imprensa. Chael seria logo a seguir assassinado pela polícia.

-Mais ataques a banco: a 24/12 ao Banco do Estado do Paraná em SP, que rendeu 24 mil novos e a 29/12 duplo ataque, ao Itau América e ao Mercantil, rendendo o 1º 70 mil novos e o 2º 15 mil. Participaram da dupla ação 15 combatentes da ALN. Outros dois ataques a banco são realizados em fins de dezembro: ambos na GB, um ao Mercantil da Indústria, outro à agência Meyer do Banco da Bahia; cada um rendeu 15 mil novos. No segundo a ALN deixou panfletos

-1/1/70: um comando da VAR-Palmares sequestra um Caravelle da Cruzeiro do Sul. Ao mesmo tempo são presos no Brasil vários militantes desta organização, a começar do ex-cabo José Mariane. Em consequência, 24 pessoas que segundo a polícia são militantes da VAR, iriam ser presas em São Paulo.

-Em meados de janeiro, em Santiago do Boqueirão, RGS, uma casa de armas é atacada. São levados 85 ks. de pólvora, 51.440 cartuchos, vinte armas e outros materiais.

-O revolucionário Marco Antônio da Silva Lima, ex-vice-presidente da Associação dos Marinheiros, e um dos fugitivos da penitenciária Lemos de Brito, é assassinado pela polícia ao tentar resistir à prisão. Ao que consta, o local onde estava havia sido "aberto" por um militante do PCB. Angela de Camargo Lima é ferida pela polícia na mesma ocasião.

-30/1/70: em Salvador um oficial do exército e um delegado de polícia são feridos num tiroteio contra 4 revolucionários que resistiram ao cerco do aparelho onde se encontravam. Dois deles conseguiram romper o cerco.

 NOTA DA REDAÇÃO: A crônica acima constitui um esforço provisório e limitado no sentido da constituição de um acervo de documentos e de informações sobre a luta do povo brasileiro por sua libertação. Neste sentido o boletim "Debate" soma-se ao trabalho pioneiro da "Frente Brasileira de Informações", que desde o exterior luta por manter acesos o exemplo e a lembrança dos anos sombrios em que se gesta na dor a aurora ainda apenas entrevista do socialismo.
